

6% é muito pouco! Cadê a política salarial?

A palavra está conosco. Que faremos?

A diretoria da Adusp avalia (leia detalhes na página 4) que a proposta apresentada é insuficiente. O Fórum das Seis enviou ofício (ver a íntegra em www.adusp.org.br) solicitando novas reuniões e indicando a posição das diversas assembleias realizadas em todo o Estado de São Paulo que de forma unânime indicaram a insatisfação com a proposta apresentada pelo Cruesp. O índice está muito aquém do que é possível. Além disso, não há política salarial (a fórmula anterior não vale mais!). Como já sabemos, a mera realização de reuniões da Comissão de Acompanhamento não garante coisa alguma. É necessário negociar a pauta apresentada com a presença dos estudantes.

Por isso, continuaremos a pressionar e as unidades devem avaliar o indicativo de paralisação (proposto inicialmente para 31 de maio). Nesta terça, 29, faremos o “Almoço com o CO”, aproveitando a reunião que estará acontecendo nesse dia. Mais tarde, haverá um Encontro com os candidatos à direção da Adusp (16h30) e Assembleia da Adusp (17h30), ambos no IF.

Compareça, contamos com você!

Em tempo: no fechamento desta edição recebemos cópia de comunicação do Cruesp agendando nova reunião para dia 1º de junho.



Daniel Garcia

Superterça, 29 de maio:

- 12h00** • “Almoço com o Conselho Universitário”.
Churrasco no gramado em frente à Reitoria.
- 16h30** • Encontro com a Chapa Participação.
Auditório do Instituto de Física.
- 17h30** • Assembleia da Adusp: Encaminhamentos da data-base/paralisação.
Auditório do Instituto de Física.

Adusp elege nova Diretoria nos dias 30 e 31

A nova Diretoria da Adusp será eleita nos próximos dias 30 e 31 de maio (quarta e quinta-feiras), das 9 horas às 21 horas. O horário poderá variar de acordo com a unidade. O prazo para inscrição de chapas se encerrou no dia 18 de maio. Apresentou-se uma única chapa, “Participação”, encabeçada pelo professor Ciro Teixeira Correia, do Instituto de Geociências.

Fazem parte da chapa os professores Osvaldo Coggiola, da FFLCH (1º vice-presidente), Otaviano Helene, do IF (2º vice-presidente), Raquel Aparecida Casarotto, da Faculdade de Medicina (1ª secretária), Francisco Capuano Searlato, da FFLCH (2º secretário), Sérgio Tadeu Meirelles, do IB (1º tesoureiro), Guenther Carlos Krieger Filho, da Escola Politécnica (2º tesoureiro), Flávio César Almeida Tavares, da Esalq (diretor regional de Piracicaba), Sérgio Paulo Amaral Souto, da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de

Alimentos (diretor regional de Pirassununga), Luiz Jorge Pedrão, da Escola de Enfermagem (diretor regional de Ribeirão Preto).

Nos mesmos dias 30 e 31, haverá eleição para o Conselho de Representantes da Adusp em várias unidades (no Instituto de Química a eleição será nos dias 6 e 7 de junho).

Voto em trânsito

Os docentes poderão votar em trânsito em qualquer unidade da USP ou na sede central da Adusp (nesse caso o voto será tomado em separado).

Qualquer informação sobre os horários e locais de votação pode ser obtida na Secretaria da Adusp (também pelo e-mail secretaria@adusp.org.br). Reafirmamos a importância de os colegas associados comparecerem à votação, buscando reforçar ainda mais a nossa entidade.

Falta de energia, irresponsabilidade de FHC

O racionamento de energia e os riscos de “apagão”, gerados pela política equivocada de privatização do setor elétrico e pela conseqüente falta de investimentos no setor, também começam a preocupar a USP. Os docentes que são especialistas na matéria, por outro lado, passaram a ser solicitados constantemente pelos meios de comunicação.

Debate no dia 24/5 lotou as dependências da Escola Politécnica (“A Crise Energética – Racionamento de Ener-

gia”). Foram discutidas as causas do problema e apontadas soluções que não prejudiquem apenas os que têm menor capacidade de contestar as medidas.

O debate contou com a participação dos professores Ildo Sauer (IEE), Carlos Vieira Tahan (Escola Politécnica, membro da Comissão de Serviços Públicos de Energia) e Adriano Pires Rodrigues (COPPE – UFRJ), além de representantes da Fiesp e da Bandeirante Energia. Também participou o dire-

tor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), David Zylberstajn, que se notabilizou, dias antes, pela tentativa de intimidar consumidores que pretendam recorrer contra as decisões do governo federal: “Quem procurar a justiça vai ganhar apagão”, declarou ele.

A ameaça proferida por Zylberstajn obrigou o chamado “ministro do apagão”, Pedro Parente, a pedir desculpas a autoridades do Judiciário. Mas, ao editar a Medida Provisória que dis-

põe sobre o racionamento, o governo voltou a atropelar o Judiciário e o Legislativo, suspendendo a vigência de vários dispositivos do Código de Defesa do Consumidor.

É imperioso registrar que a eventual falta de energia elétrica resulta da política irresponsável do governo FHC: aceitaram não investir em infra-estrutura pois isto violaria os ditames do FMI. Em países organizados, isto seria razão suficiente para demitir um governo.

Fórum de Políticas Universitárias e certas propostas preocupantes

O correu nos dias 9, 10 e 11 o módulo III do I Fórum de Políticas Universitárias da USP, que encerra o evento. É de se lamentar que o inteiro teor dos debates não tenha sido incorporado à publicação da Edusp *A USP E Seus Desafios*, o dossiê das sessões plenárias do Módulo I.

Nos três módulos do Fórum, não houve debates efetivos, tanto pela exiguidade do tempo disponível (na média 10-15 minutos), como pela forma utilizada de se solicitar que perguntas escritas fossem encaminhadas à mesa. Se ainda assim debates ocorreram, é de se lamentar que não tenham sido transcritos na íntegra na publicação da Edusp, ou nas páginas eletrônicas do Fórum.

Na publicação, os “debates” ao final de cada sessão encontram-se editados, sem qualquer referência ou créditos aos participantes, de forma limitada e parcial. Espera-se que essa grave falha seja corrigida nas edições dos módulos II e III, uma vez que, como no módulo I, todas as sessões foram gravadas e filmadas na íntegra.

Quanto ao conteúdo das sessões, que sem dúvida cobriram um espectro abrangente de tópicos relacionados com

questões cruciais para todo o sistema universitário público estadual, não há como deixar de considerar preocupantes certas afirmações feitas nas diferentes sessões por autoridades da atual gestão da Reitoria, ou por convidados identificados com ela.

A professora Ada Pellegrini, pró-reitora de graduação, na sessão plenária sobre “expansão do ensino superior público de graduação”, sugeriu que essa expansão possa ser feita, na USP, através da contratação de professores horistas, quando se sabe o quanto esse procedimento é deletério para uma universidade que tem como pressuposto a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão.

De modo análogo, o professor Adolpho Melfi, vice-reitor da USP, declarou que a redução do quadro docente foi um dos condicionantes para aumentar a eficiência da USP quanto aos diferentes indicadores da atividade acadêmica nos últimos anos! A afirmação provocou tal impacto que imediatamente um dos presentes levantou-se para contestá-la.

Declarações como essas ameaçam a concepção de universidade livre e voltada para o desenvolvimento social e humano.

Em defesa de ACM, Polícia Militar invade campus da UFBA

A Polícia Militar da Bahia, Esta do cujo governador é o “carlista” César Borges (PFL), reprimiu com violência desmedida duas passeatas realizadas em Salvador nos dias 10 e 16 de maio. As passeatas, em favor da cassação dos senadores Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), José Roberto Arruda (sem partido-DF) e Jäder Barbalho (PMDB-PA), foram impedidas de chegar a seu destino: a avenida Princesa Leopoldina, no bairro da Graça, onde reside ACM.

Os organizadores da passeata do dia 16 decidiram incluir no itinerário o campus da UFBA no bairro do Canela. Para impedir a passagem dos manifestantes, estudantes em sua maior parte, a PM invadiu o campus, promoveu nova pancadaria e não se deteve nem mesmo diante de uma liminar da Justiça, que determinava às tropas de César Borges a desocupação da UFBA.

De acordo com a revista *IstoÉ*, a cavalaria e a tropa de choque invadiram o estacionamento, atiraram bombas de efeito moral e agrediram os estudantes. “A Polícia Federal chegou com uma liminar liberando o campus, o que não conteve a ação da

PM. Também foram violados pela polícia o ICS (Instituto de Ciências da Saúde), o Instituto de Educação e as faculdades de Administração e de Medicina”, informou a publicação.

O Conselho Universitário da UFBA, em reunião extraordinária e aberta, convocada pelo reitor Heonir Rocha, aprovou por unanimidade, no final da tarde, uma nota de repúdio à invasão do Campus do Canela e ocupação dos prédios das Faculdades de Direito, Medicina, Educação, Administração e Ciências da Saúde. Decidiu, também, suspender todas as atividades acadêmicas e convocar a sociedade para um ato público, às 10 horas do dia seguinte, para denunciar tais fatos.

No dia 17, o ato público transformou-se em nova manifestação, que reuniu cerca de 20 mil pessoas, inclusive o reitor da UFBA, que acompanhou a passeata até a Faculdade de Direito. Desta vez a PM, acuada politicamente por críticas até do Ministério da Justiça e também de procuradores federais, não interveio (e, portanto, não houve feridos). A manifestação alcançou seu intento: finalmente, houve protesto em frente ao prédio onde ACM reside.

CERT: avaliação individual centralizada?!

O posicionamento da Adusp a favor de que a avaliação individual do trabalho docente se dê no âmbito departamental de modo transparente e democrático já é histórico; fundamenta-se na compreensão de que os processos avaliatórios devem basear-se em propósitos e projetos definidos previamente e de modo coletivo, devem servir para o aperfeiçoamento e melhoria do trabalho acadêmico, preservando a necessária tranquilidade e respeito nas relações de trabalho, sem ferir direitos trabalhistas tão arduamente conquistados.

A CERT enviou recentemente aos diretores das unidades um documento (Of. CERT. 060/2001 de 27/04/2001) em que apresenta sua visão a respeito de suas funções, menciona que o teor das normas básicas internas da comissão “foi informado” às unidades em dezembro de 1999, estabelece o entendimento de que os perfis de atuação dos docentes, embora possam comportar diversidade, devem estar inseridos nos planos de

metas dos respectivos departamentos, e de que o perfil de atuação de cada docente pode ser caracterizado por uma produção intelectual definida por indicadores objetivos.

Em seguida, são solicitados os bons ofícios dos diretores das unidades no sentido de que os departamentos que não se sintam confortáveis em relação aos indicadores relacionados no “Extrato das Normas Básicas Internas da CERT”, anexo ao documento, forneçam uma relação dos indicadores que melhor caracterizariam a valorização da produção docente.

Adicionalmente, considera oportuno o encaminhamento de comentários, por parte do Departamento, sobre “sua especificidade, justificando as atividades especiais realizadas por seus docentes, ou parte deles”, sendo nesse caso sugerido que esses eventuais indicadores específicos sejam fornecidos na forma de uma planilha para que possam ser “tabelados” para utilização pela CERT.

Embora o ofício seja mais cuidadoso, quando compara-

do com outros documentos da comissão, e aparentemente mais democrático (por exemplo, quando solicita que os departamentos contribuam com outros indicadores), chega a causar perplexidade que, a despeito do intenso debate ocorrido na universidade sobre as inadequações e irregularidades quanto à constituição da CERT (indicação exclusiva pelo Reitor) e à sua atuação, o documento não apenas evite tocar nessas questões centrais como reafirme que a comissão pretende continuar a trabalhar com as mesmas premissas anteriores.

Isso equivale a dizer: avaliação individual centralizada na CERT, com base em indicadores quantitativos que, inexoravelmente, acabam por privilegiar a contagem de publicações e a confundir o realizar pesquisas ou o fazer ciência com o publicar de modo regular e contínuo.

Por isso nos parece que, em relação ao ofício mencionado, a única resposta cabível é fazer saber à CERT que

ela não tem legitimidade para solicitar aos diretores ou departamentos informações sobre indicadores específicos das atividades realizadas pelos docentes, uma vez que não é dela, de fato ou de direito, a competência para proceder à avaliação individual.

Menos ainda tem cabimento o que está sugerido no ofício, quando menciona que a falta de resposta das unidades pode significar que os departamentos se sentem confortáveis com os indicadores das normas internas da CERT. Esse procedimento caracteriza uma inexcusável manobra para tentar legitimar essas normas, sem tê-las submetido à apreciação coletiva e à deliberação pelos órgãos universitários competentes. Vale lembrar que, nas poucas vezes em que representantes da CERT compareceram a Congregações de Unidades, as normas por ela adotadas foram duramente questionadas. Leia matéria analítica mais completa sobre o assunto no site da Adusp.

Em campanha salarial, sempre ficam algumas dúvidas...

Os reitores temem discutir com os estudantes?

O Cruesp ainda não agendou discussões sobre*:

- Repasse especial para pagamento dos aposentados
- Aumento de vagas
- Contratação de professores e funcionários
- Assistência estudantil

* parte da pauta entregue ao Cruesp no dia 25 de abril pelo Fórum das Seis e DCEs da USP, Unesp e Unicamp.

Intimidação da Reitoria?

Em pleno início das negociações da campanha salarial, as categorias foram surpreendidas com a notícia de que a Comissão de Legislação e Recursos (CLR) aprovou minuta de resolução do Reitor dispondo “sobre o exercício do direito de greve pelos servidores da Universidade, docentes e não-docentes”.

A resolução proposta pretende nada menos do que regulamentar o direito de greve, com base no argumento de que “o direito de greve dos servidores civis encontra-se assegurado pelo artigo 37, VII da Constituição Federal, mas seu exercício depende da edição de lei específica”.

Em face da “ausência de lei disciplinadora quanto aos limites e requisitos a serem observados no exercício do direito de greve de servidores

públicos civis”, o texto afirma a “necessidade de um regramento mínimo para que se evitem ações ou omissões lesivas ao patrimônio da Universidade e aos direitos fundamentais da pessoa humana”.

Questionar e restringir o direito de greve — é disso que se trata — quando mal se abriu o processo de negociações da atual data-base é, no mínimo, um gesto intimidatório.

Essa iniciativa, ao legislar sobre matéria constitucional, criando uma diferenciação entre os servidores da USP e os demais, aparentemente não tem base legal. Será que estamos novamente diante de uma daquelas atitudes dignas de um pretenso “Principado do Butantã”?

Veja, no site da Adusp, parecer de nossa Assessoria Jurídica sobre o assunto.

Proposta do Cruesp é insatisfatória

1 Não há proposta de política salarial. A fórmula negociada no ano passado não vale mais. É importante registrar que uma parcela expressiva, cerca de 12%, do reajuste de 24,5% completado em janeiro de 2001 veio da política salarial entre datas-base. Nossa experiência mostra que só a realização de reuniões da Comissão de Acompanhamento não garante coisa alguma. É absolutamente necessário negociar uma política concreta que será, então, administrada pela Comissão de Acompanhamento. Aliás, exatamente como aconteceu no ano passado!

2 As estimativas que temos hoje da evolução do ICMS em 2001, feitas com o mesmo método que em 2000, indicam que o comprometimento acumulado das universidades será muito pequeno, enquanto que os salários permanecem muito ruins, particularmente no início da carreira de docentes e funcionários. Veja os números na Tabela 1.

Na USP, isto estará muito aquém dos 85% decididos pelo CO. Neste quadro, abrem-se perspectivas de volta de políticas espúrias de prêmios e diferenciação salarial. Nas outras universidades, o comprometimento real é menor do que o índice, na medida em que a contribuição patronal do Ipesp, 6% do salário total dos estatutários, não é recolhida ao Ipesp, **embora conste das planilhas**. A USP informou que sua parcela de contribuição também não é enviada ao Ipesp e constitui uma reserva. Estamos solicitando maiores informações a respeito. Compare esta situação com os comprometimentos acumulados nos anos anteriores, na Tabela 2.

3 O crescimento do ICMS nos primeiros quadrimestres de 1999, 2000 e 2001 aparece na Tabela 3. Está claro que a situação hoje é muito melhor até do que no mesmo período de 2000.

4 Nossos salários estão longe de ser o que já foram (veja Tabela 4). Isto tem contribuído para a privatização, o empresariamento e a conseqüente deturpação da natureza do trabalho funcional e acadêmico. Os dados mostram que temos, como em 2000, uma oportunidade ímpar para avançar na reversão desta situação. Queremos negociar um reajuste bem maior na data-base e uma política salarial que defenda os salários da corrosão inflacionária e propicie uma recomposição de perdas passadas. É importante, em defesa da Universidade pública e de nossas condições de vida e trabalho, obtermos avanços significativos na proposta do Cruesp.

5 A situação está como sempre esteve. Só com a nossa mobilização, abriremos caminho para influir nos rumos dos rumos das universidades estaduais.

Tabela 1 - Comprometimento acumulado

	Total	Unesp	Unicamp	USP
2001	82,63%	84,93%	85,66%	80,24%

Tabela 2 - Comprometimento acumulado

	Total	Unesp	Unicamp	USP
95	88%	93%	87%	86%
96	87%	89%	87%	86%
97	87%	88%	88%	85%
98	94%	97%	96%	92%
99	88%	91%	91%	86%
00	78%	81%	80%	75%

Tabela 3 - Evolução do ICMS acumulado primeiro quadrimestre (R\$ milhões)

	1999	2000	2001
Até abril	5594,2	6507,7	7746,5
Cresc. sobre ano anterior		16,33%	19,04%

Tabela 4 - Salário MS3 em RDIDP

Jan/73 ⁽¹⁾	Fev/89 ⁽²⁾	Abril/01	c/13,5%
9.326*	5.651*	3.645	4.137

* em reais, a valores de hoje pelo ICV-DIEESE.

(1) Mês do pico salarial para os servidores das universidades estaduais paulistas.

(2) Mês do decreto que fixou repasses mínimos para as universidades estaduais paulistas.

Kit Adusp contra o apagão:

Bom reajuste e política salarial na data-base.



Assembléia da Adusp
29 de maio, 3ª feira, às 17h30
Auditório Abraão de Moraes (IF)
Pauta: Encaminhamentos da data-base/paralisação